



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO

Campus Recife

Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança
Licenciatura em Geografia

REBEKA MAYARA ELOIA GUEDES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA
FORMAÇÃO INICIAL DOS DOCENTES DE GEOGRAFIA NO CENÁRIO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

Recife

2021

REBEKA MAYARA ELOIA GUEDES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA
FORMAÇÃO INICIAL DOS DOCENTES DE GEOGRAFIA NO CENÁRIO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação de Licenciatura em Geografia do
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de
Pernambuco, como requisito para obtenção do
título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Profa. Msc. Fernanda Guarany
Mendonça Leite.

Recife

2021

Ficha elaborada pela bibliotecária Maria do Perpétuo Socorro
Cavalcante Fernandes CRB4/1666

G924d
2021

Guedes, Rebeka Mayara Eloia

Desafios e perspectivas do estágio supervisionado para formação inicial dos Docentes de geografia no cenário da pandemia da covid-19. / Rebeka Mayara Eloia Guedes. --- Recife: O autor, 2021.
65f. il. Color.

TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança - DASS, 2021.

Inclui Referências.

Orientador: Professora Msc. Fernanda Guarany Mendonça Leite.

1. Ensino de geografia. 2. Ensino remoto. 3. Estágio supervisionado.
I. Leite, Fernanda Guarany Mendonça (orientadora). II. Instituto Federal de Pernambuco. III. Título.

CDD 371.35 (22 ed.)

REBEKA MAYARA ELOIA GUEDES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA
FORMAÇÃO INICIAL DOS DOCENTES DE GEOGRAFIA NO CENÁRIO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 27 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Msc. Fernanda Guarany Mendonça Leite
Professora Orientadora

Profa. Ana Alice Freire Agostinho
Examinadora Externa

Profa. Msc. Clezia Aquino de Braga
Examinadora Interna

Recife

2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus a saúde, principalmente neste cenário de pandemia, e ter-me concedido uma família maravilhosa que, mesmo diante dos problemas, permanece firme e unida.

Aos meus pais, em especial a minha Rainha, um exemplo de mulher íntegra, honesta e batalhadora, que nunca perde a fé na vida. Mainha, obrigada por tudo. Te amo além desta vida!

Agradeço a minha irmã, Rita, por dividir sempre os melhores e piores momentos da vida comigo.

Agradeço ao meu esposo, Rodrigo, ter vivenciado comigo todas as etapas deste trabalho, pelo incentivo, a paciência e o apoio. Obrigada, meu amor.

Aos meus amigos de curso, que tornaram a minha trajetória mais leve, prazerosa e divertida: Izabelly, Marlla, Henrique, Diogo, Milton, Deivid, Twane, Lucas e Ana.

À Professora Orientadora Fernanda Guarany, obrigada pela motivação, os ensinamentos, conselhos e as críticas construtivas que foram fundamentais para o andamento da pesquisa.

Também agradeço ao IFPE e a todos os docentes do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPE Campus Recife a elevada qualidade do ensino oferecido e pelas maravilhosas aulas de campo. Agradeço, em especial, à minha preceptora no programa de Residência Pedagógica, professora Clezia Braga, obrigada pelo estímulo e a dedicação que demonstra em suas aulas.

Por fim, agradeço aos sujeitos participantes da pesquisa, que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

“Se depois dessa pandemia não nos tornamos pessoas melhores, então não teremos aprendido nada da vida.”
(Autor desconhecido)

RESUMO

No ano de 2020, o mundo foi surpreendido por uma pandemia, denominada como SARS-CoV-2, conhecida como Covid-19. Visando minimizar o número de infectados e preservar a vida das pessoas, foi adotado, como medida de contenção, o isolamento social. No âmbito da educação, tentando minimizar os danos causados pela pandemia, o sistema de ensino, em escala mundial, adotou a modalidade remota de ensino usando plataformas digitais. Diante desse cenário, as instituições de ensino superior tiveram de repensar e reformular o componente curricular de Estágio Supervisionado, uma disciplina prática desenvolvida nas instituições educacionais, situação que consolidou o interesse por pesquisa. Este trabalho tem como objetivo discutir os desafios e as perspectivas oriundos da pandemia de Covid na formação inicial dos docentes por meio do Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). A abordagem utilizada foi a qualitativa para embasamento teórico da pesquisa, utilizou-se a legislação brasileira, pesquisas bibliográficas em artigos, livros, revistas e periódicos referentes ao Estágio Supervisionado, à formação docente e aos novos desafios do ensino-aprendizagem no cenário atual. Como instrumento para levantamento e coleta de dados, bem como para obtenção de informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela aplicação de questionário. Após a obtenção das respostas dos questionários, para tabulação das informações, os dados foram agrupados e representados por gráficos. Diante disso, foi possível perceber que a situação pandêmica da Covid-19, impactou e alterou diretamente o desenvolvimento desse componente curricular. Porém, mesmo diante das diversas dificuldades pontuadas pelos discentes-estagiários, a vivência de Estágio Supervisionado foi essencial e significativa para a sua construção profissional.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Ensino Remoto. Ensino de Geografia

ABSTRACT

In the year of 2020, the world was surprised by a pandemic, known as SARS-CoV-2 or Covid-19. In order to minimize the number of people infected and preserve their lives, social isolation was adopted as a measure of containment. In the scope of education, trying to minimize the damage caused by the pandemic, the education system, in a global scale, adopting the teaching modality using digital platforms faced with this scenario, higher education institutions had to rethink and reformulate the Supervised Internship curricular component, a practical discipline developed within educational institutions. This paper aims to discuss the challenges and perspectives arising from the Covid pandemic in the initial training of teachers from the Supervised Internship in the Geography Degree course at the Federal Institute of Pernambuco (IFPE). The qualitative approach was used for the theoretical basis of the research, it was also used the Brazilian legislation, besides bibliographic searches in articles, books, magazines and periodicals referring to the Supervised Internship, teacher training and the new challenges of teaching and learning in the current scenario. As a tool for surveying and collecting data, as well as for obtaining information necessary for the development of the research, two questionnaires was used. After obtaining the answers to the questionnaires, for tabulation of the information, the data was grouped and represented by graphs. Thus it was possible to notice that the pandemic situation of Covid-19, directly impacted and altered the development of this curricular component. However, even in the face of the various difficulties pointed out by the student-interns, the experience of Supervised Internship was essential and significant for their professional construction.

Keywords: Supervised internship. Remote Teaching. teaching geography.

LISTA DE FIGURA E GRÁFICOS

Figura 1 – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife	22
Gráfico 1 – Percentual de equipamentos de uso individual e uso compartilhado	28
Gráfico 2 – Percentual de estudantes com dificuldade para desenvolver o Estágio Supervisionado I	29
Gráfico 3 – Percentual de estudantes que conseguiram cumprir a carga horária/frequência estabelecida para o Estágio Supervisionado I	30
Gráfico 4 – Percentual de estudantes que consideram relevante o Estágio Supervisionado para a formação profissional docente	31
Gráfico 5 – Percentual de equipamentos de uso individual e uso compartilhado	33
Gráfico 6 – Percentual de estudantes com dificuldade para desenvolver o Estágio Supervisionado III	33
Gráfico 7 – Percentual de estudantes que conseguiram cumprir a carga horária/frequência estabelecida para o Estágio Supervisionado III	34

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Estágio supervisionado: um ato educativo	13
2.2	Estágio Supervisionado e formação inicial docente	17
2.3	A educação e os novos desafios	19
3	RESULTADOS E ANÁLISE	22
3.1	A Licenciatura em Geografia – IFPE	22
3.2	Componente curricular Estágio Supervisionado no cenário pandêmico	23
3.3	Desafios e perspectivas para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado	27
3.3.1	Estágio Supervisionado I remotamente	27
3.3.2	Estágio Supervisionado III remotamente	32
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICE A – Termo de Autorização e Questionário Estágio Supervisionado I	44
	APÊNDICE B – Termo de Autorização e Questionário Estágio Supervisionado III	45

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, diante do impacto causado pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), a sociedade foi impulsionada a reformular seus hábitos e costumes, adotando novas ferramentas, metodologias e estratégias para conseguir desenvolver suas atividades diante do distanciamento social. No âmbito da educação, para reduzir os danos causados pela pandemia, o sistema de ensino, em escala mundial, adotou a modalidade remota de ensino, utilizando plataformas digitais. A modalidade remota segundo Adrille de Sá, Ana Lúcia Narciso e Luciana Narciso (2020, p. 2):

[...] diferencia da educação a distância pois é uma forma de ensino temporária, emergencial e acessível, que objetiva dar continuidade às aulas diminuindo os prejuízos na aprendizagem dos alunos por meios de plataformas de ensino.

No Brasil, uma normativa para essa finalidade foi estabelecida pelo Ministério da Educação, pela Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020, que oficializa a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia de Covid-19 (BRASIL, 2020). Diante desse cenário, as instituições de ensino superior tiveram de repensar e reformular o componente curricular de Estágio Supervisionado, uma disciplina prática desenvolvida nas instituições educacionais, situação que consolidou o interesse de pesquisa

Este trabalho tem como objetivo geral discutir os desafios e as perspectivas oriundos da pandemia de Covid na formação inicial dos docentes no Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Como objetivos específicos, propusemo-nos a refletir sobre o Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório a partir das concepções históricas, teóricas e legais; analisar as dificuldades enfrentadas pelos licenciandos para a realização do Estágio Supervisionado no cenário de pandemia da Covid-19 e, por fim, discutir a contribuição do Estágio Supervisionado para a construção da identidade profissional do docente.

Diante de todo esse contexto, as reflexões sobre a disciplina de Estágio Supervisionado durante a pandemia da Covid-19 são de extrema importância. Para

alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho é uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2010, p. 57), a pesquisa qualitativa é caracterizada como:

O que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Para o embasamento teórico da pesquisa, utilizou-se a legislação brasileira, responsável por subsidiar e regulamentar a prática de estágio no Brasil, pesquisas em artigos, livros, revistas e periódicos referentes ao Estágio Supervisionado, à formação docente e aos novos desafios do ensino-aprendizagem no cenário atual.

Como instrumento para levantamento e coleta de dados, bem como para obtenção de informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, optou-se pelo uso de questionário, que, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser assim conceituado:

A técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Os questionários elaborados e distribuídos para obtenção de dados advindos dos sujeitos participantes da pesquisa foram enviados por meio da ferramenta Google Forms, que permite a criação de formulários online, pelos quais foi possível obter feedback. Optou-se pela utilização dessa ferramenta online para assegurar e preservar a saúde de todos os envolvidos na pesquisa, evitando contato direto, conforme as orientações das autoridades de saúde diante do contexto pandêmico.

Os questionamentos propostos nos instrumentos aplicados foram direcionados especificamente a dois grupos amostrais, ambos compostos por discentes do Curso de Licenciatura em Geografia. O primeiro grupo teve um total de 12 estudantes do 5.º período, do semestre correspondente a 2020.1, que cursaram o componente de Estágio Supervisionado I em caráter remoto, e o segundo grupo, com um total de 11 estudantes do 7.º período, que cursaram o componente de Estágio Supervisionado III remotamente em 2020.1.

Após a obtenção das respostas dos questionários, para tabulação das informações, os dados foram agrupados e representados por gráficos, para os quais, utilizou-se a ferramenta Google Data Studio. Pelos resultados alcançados, foi possível refletir acerca dos desafios e das perspectivas do componente curricular Estágio Supervisionado para formação inicial dos docentes de Geografia no cenário da pandemia da Covid-19.

A fim de assegurar o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa, optou-se pela codificação estagiário(a) 1, estagiário(a) 2, estagiário(a) 3, e sucessivamente. As respostas obtidas por meio dos questionários foram utilizadas para construção dos resultados e discussão desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

Ao discutirmos o Estágio como ato educativo no contexto acadêmico, destacamos a necessidade de entender as mudanças de concepções e regulamentações que impactaram as Políticas Educacionais com ênfase no Estágio em distintos contextos históricos.

No primeiro momento, discorreremos sobre o conceito de estágio como ato educativo, pois esse conceito norteia a formação do futuro professor. Em seguida, discutiremos a Legislação de Estágio no cenário da democracia e o estudante como foco do estágio.

2.1 Estágio supervisionado: um ato educativo

Para refletir acerca do componente curricular Estágio Supervisionado, faz-se necessário discutir as concepções históricas, teóricas e os aspectos legais responsáveis por subsidiar e regulamentar esse ato prático educativo.

O conceito de Estágio, no decorrer dos anos, sofreu grandes reformulações marcadas pela conjuntura histórica e, principalmente, pelas mudanças na legislação educacional. Tomando como base a legislação brasileira, o Decreto-Lei n.º 4.073/42, denominada Lei Orgânica do Ensino Industrial, é o precursor na discussão sobre Estágio, afirmando, em seu artigo 48 que “o Estágio é estabelecido como um período de trabalho, realizado por aluno, sob o controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial” (BRASIL, 1942).

A conjuntura da sociedade brasileira, no momento do estabelecimento do Decreto-Lei, estava marcada pelo crescimento da indústria, incentivada pelo presidente Getúlio Vargas. Nesse período ocorreu também a criação de indústrias estatais e institutos de pesquisa (CANDIDO; JUCÁ; SILVA, 2019). A referida lei atendia às demandas e necessidades da época, estabelecendo o tempo de aprendizado profissional realizado como aluno aprendiz em escolas industriais ou técnicas.

Algumas críticas foram feitas com relação à Lei Orgânica do Ensino Industrial pois, de acordo com Colombo e Ballão (2014), a lei atendia diretamente ao interesse das empresas, que buscava uma mão de obra barata, visando à maximização dos lucros, sem preocupação com a formação e a aprendizagem do educando.

É interessante refletir as críticas dos autores em tela e apontar que grande parte da legislação de Estágio foram elaboradas em contextos de governos fortes, sempre nas lentes e interesse para atender as empresas dos setores: terciário e secundário o último de maneira mais marcante pois, o setor secundário estava tendo um incremento.

Posteriormente à Lei Orgânica do Ensino Industrial, tem-se a Portaria n.º 1.002, de 29 de setembro de 1967, instituída pelo Ministério do Trabalho, de grande relevância para a regulamentação do Estágio. A partir dessa portaria, o Estágio escolar foi incluso nas instituições como faculdades e escolas técnicas de nível colegial, o que conhecemos atualmente como ensino médio, conforme descrito em seu artigo 1º: “Fica instituída nas **empresas** a categoria de estagiário a ser integrada por alunos oriundos das Faculdades ou Escolas Técnicas de nível colegial.” (BRASIL, 1967, grifo nosso).

A Portaria n.º 1.002/67 foi responsável por regulamentar o Estágio e estabelecer os direitos e as obrigações na relação entre estagiários e as empresas (ANDRADE; RESENDE, 2015).

Conforme descritas no artigo 2.º:

As **empresas** poderão admitir estagiários em suas dependências, segundo condições acordadas com as Faculdades ou Escolas Técnicas, e fixadas em contratos-padrão de Bolsa de Complementação Educacional, dos quais obrigatoriamente constarão:

- a) a duração e o objeto da bolsa que deverão coincidir com programas estabelecidos pelas Faculdades ou Escolas Técnicas;
- b) o valor da bolsa, oferecida pela empresa;
- c) a obrigação da empresa de fazer, para os bolsistas, seguro de acidentes pessoais ocorridos no local de estágio;
- d) o horário do estágio. (BRASIL, 1967, grifo nosso).

Mesmo diante dessas conquistas, de acordo com Colombo e Ballão (2014), a portaria, de certa forma, também priorizava o interesse das empresas assim como na Lei n.º 4.073/42.

Em 1970, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, período em que o setor da indústria alcançava altos lucros e gerava muitos postos de trabalho, estabeleceu-se o Decreto n.º 66.546/70 (MACARINI, 2005). Esse decreto previa o “Projeto Integração”, destinado à implantação de um programa de Estágios, caracterizados como Estágios práticos para as áreas prioritárias, conforme descritas em seu artigo 1.º:

Fica instituída a Coordenação do 'Projeto Integração', com o objetivo de implementar programa de Estágios destinadas a proporcionar a estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, especialmente as de engenharia, tecnologia, economia e administração, a oportunidade de praticar em órgãos e entidades públicos e privados o exercício de atividades pertinentes às respectivas especialidades. (BRASIL, 1970).

No decorrer dos anos, outras legislações foram estabelecidas no Brasil visando subsidiar o desenvolvimento do estágio. É pertinente citar a Lei n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que “dispõe sobre os Estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau e Supletivo” (BRASIL, 1977). A referida lei representa também um importante marco regulamentador para o desenvolvimento do estágio curricular no Brasil.

A Lei n.º 6.494/77, de modo geral, é composta por oito artigos, sendo importante destacar o artigo 1.º, parágrafo 2.º, que menciona: “Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados, e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.” (BRASIL, 1977).

Conforme Andrade e Resende (2015), a referida lei apresenta um diferencial, pois necessita do chamado termo de compromisso, termo responsável por balizar a relação entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, norteando e adequando o estágio de acordo com a linha de formação do educando, ao horário e calendário escolar. Em 23 de março de 1994, houve uma modificação nos dispositivos da Lei n.º 6494/77, para assegurar o cumprimento das atividades práticas aos educandos portadores de necessidades especiais.

Para finalizar esta breve discussão das concepções históricas, teóricas e legais sobre estágio, destaca-se, no dia 25 de setembro de 2008, a Lei N.º 11.788/2008, conhecida como Lei do Estagiário, que foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve grande relevância por assegurar benefícios e garantias aos estudantes que buscavam o aperfeiçoamento de sua formação profissional atrelado aos conhecimentos adquiridos nas instituições educacionais.

A Lei n.º 11.788/2008, no artigo 1.º, assim define o estágio:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo

de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

A Lei do Estagiário é responsável por amparar o componente curricular de Estágio Supervisionado, cujo objetivo é a preparação para trabalhos acadêmicos produtivos, que permita aos estagiários o aprendizado das competências referentes à formação profissional e à contextualização curricular (MARRAN, 2011). O Estágio se apresenta como uma atividade formativa que exige acompanhamento pedagógico tanto da instituição de ensino quanto da instituição que oferece o ambiente de estágio/trabalho. Segundo Buriolla (1999, p. 13), é no estágio que “a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida”.

As mudanças na Política Educacional Brasileira propiciaram uma concepção de Estágio inovadora e o curso de Licenciatura em Geografia que nasce democraticamente numa visão crítico-reflexiva promoveu impactos importantes no componente, pois, o Estágio é entendido como tempo de aprendizagem do estudante in loco e em campo de estágio. De acordo com o Parecer CNE/CP Nº2/2015

O Estágio Curricular Supervisionado é entendido como “[...] um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional [...]” (2015, p.32), sendo está uma das principais distinções com a Prática como Componente Curricular. Ou seja, tem como fundamento a relação pedagógica que se estabelece entre o licenciando e o profissional de magistério em um ambiente de trabalho.

Após a apresentação dos importantes marcos regulatórios responsáveis por subsidiar o estágio no Brasil, e a partir das concepções históricas, fica evidenciado que as diversas reformulações na legislação que regulamenta a prática de Estágio relacionaram-se diretamente com as mudanças educacionais que se verificaram no Brasil. Tratando especificamente dos Estágios Supervisionados, as referidas leis foram de grande importância para que o componente curricular Estágio Supervisionado se consolidasse como ato prático para a formação profissional dos estudantes.

Com base no estudo sobre as distintas regulamentações que o Estágio vivenciou nos diferentes momentos históricos, discorreremos nos próximos capítulos sobre o papel do Estágio na Formação Inicial do docente em Geografia.

2.2 Estágio supervisionado e formação inicial do docente

A importância do Estágio Supervisionado na formação inicial do docente é tema relevante de pesquisa, evidente na produção científica de alguns autores essenciais para este debate, tais como Barreiro e Gebran (2006), Pimenta e Lima (2005-2006) e Tardif (2002), entre outros, que debaterão também a relação do Estágio Supervisionado e a formação de professores.

Os cursos de Licenciatura são responsáveis por formar docentes das mais diversas áreas do conhecimento. A Licenciatura permite que os licenciados possam ministrar aulas no ensino fundamental, médio e até em cursos profissionalizantes com base na matriz curricular e nos conhecimentos específicos. Diante disso, Pereira (1999, p. 110) afirma: “[...] é necessário um conjunto de disciplinas científicas e um outro de disciplinas pedagógicas, que vão fornecer as bases para sua ação.”

O Estágio Supervisionado nos cursos de licenciatura é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996). Sendo assim, todos os cursos de Licenciatura contêm o componente curricular obrigatório Estágio Supervisionado (MOREIRA; COSTA; ASSIS, 2018).

Conforme Oliveira *et al.* (2015, p. 4):

O estágio é o caminho pelo qual o licenciando começa a se instrumentalizar tecnicamente, desenvolvendo habilidades específicas do seu campo de atuação. No entanto, se a prática do estágio não foi apoiada por uma base teórica, não será suficiente para solucionar os problemas que surgirão no dia-a-dia da sala de aula, uma vez que não existe teoria sem prática e vice-versa.

O componente curricular de Estágio Supervisionado nos cursos de Licenciatura possibilita aos discentes vivenciar na prática a realidade da educação brasileira e compreender a importância de educar como maneira de contribuir de forma direta para a autonomia e criticidade da sociedade. Segundo Pimenta e Lima (2005-2006, p. 11, grifo das autoras): “A profissão docente é uma *prática social*, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino.”

De acordo com Santos Filho (2010), desenvolver o Estágio Supervisionado vai muito além de uma simples exigência acadêmica, o estágio possibilita o crescimento pessoal e profissional e desempenha um importante instrumento de integração da universidade, escola e a comunidade local. Diante disso, Martins (2015, p. 243) acrescenta que o Estágio Supervisionado:

É um componente curricular obrigatório que oportuniza, ao estudante, o desenvolvimento de aprendizagens significativas para ampliar as competências e habilidades indispensáveis à formação dos licenciados e sua relação com a profissão e à profissionalidade docente.

Nessa perspectiva Souza, Santos e Oliveira (2018, p. 3) destacam:

[...] os estudantes são incentivados a conhecerem novos espaços educativos, verem de modo científico a realidade na sociedade onde a instituição que ele atuará está inserida; e ajuda-os preparando-os para enfrentar os desafios do dia a dia, por isso, o estágio curricular é indispensável à carreira docente.

A construção da identidade do docente está diretamente marcada pelas experiências e reflexões desenvolvidas no decorrer da vivência do componente de Estágio Supervisionado. Quando bem fundamentado e orientado, representa um grande peso para a construção da identidade docente.

Dessa forma, percebe-se que o conhecimento é construído de forma participativa entre docentes e discentes. Segundo Barreiro e Gebran (2006, p. 22):

A articulação da relação teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação inicial e continuada do professor, como sujeito autônomo na construção de sua profissionalização docente, porque lhe permite uma permanente investigação e a busca de respostas aos fenômenos e às contradições vivenciadas.

O estágio é de grande relevância para a formação do futuro professor e configura-se como um marco inicial na construção da identidade do docente. O Estágio Supervisionado se apresenta como campo do conhecimento que contribui para formação da identidade profissional do Educador.

Na construção inicial da prática docente, o Estágio Supervisionado, segundo Lima (2001, p. 50) tem como principal objetivo: “[...] a formação de um professor que esteja consciente de que sua prática envolve um comportamento de observação, reflexão crítica e reorganização das suas ações.” Tardif (2002, p. 288) ainda

acrescenta: “a formação inicial visa habituar os alunos – os futuros professores – à prática profissional dos professores de profissão e a fazer deles práticos reflexivos.”

2.3 A educação e os novos desafios

Educar, no contexto atual, configura-se uma tarefa complexa e desafiadora em razão das diversas transformações que ocorreram e ocorrem cotidianamente em nossa sociedade. Sendo assim, esta seção visa discutir os desafios que atualmente se configuram no processo de ensino-aprendizagem.

Realizando um breve resgate histórico, essas mudanças ocorridas em nossa sociedade iniciaram-se há muitos anos, com destaque para um marco na história recente, segundo Cavalcante e Silva, a Revolução Industrial:

[...] um acontecimento extremamente importante para a humanidade, pois mudou o processo produtivo, ou seja, os produtos deixaram de ser manufaturados e passaram a ser maquinado faturados, o que permitiu uma produção em massa, permitindo assim colocar mais e mais produtos no mercado e a preços muito mais atrativos. (CAVALCANTE; SILVA, 2011, p. 1).

Antes da grande Revolução Industrial no século XVIII, para aprender uma profissão e desenvolver uma atividade profissional, era necessário auxiliar e observar os mais experientes. Nessa concepção a força de trabalho de uma sociedade não demandava uma formação, ou seja, nenhuma escolaridade era exigida (BORGES, 2010).

Porém, esse cenário alterou-se. Com os novos arranjos produtivos, foram surgindo novas formas de comércio e a introdução de novos meios de produção, demandando uma mão de obra escolarizada. Com a necessidade de escolarização, ainda que mínima, conforme Lopes (1981 *apud* BORGES, 2010), paulatinamente a educação primária foi sendo instituída como obrigatória, primeiramente em países desenvolvidos no século XIX, posteriormente, foi disseminando-se pelo mundo.

Essa evolução gradativa da Educação, iniciada em meados da Revolução Industrial, foi direcionada principalmente para as classes mais pobres e mais humildes da sociedade, visando formar uma mão de obra para manter o sistema produtivo da época. Conforme Borges (2010), muitas vezes essa educação oferecida era de péssima qualidade, pois a conjuntura da época necessitava de formação de

profissionais para desenvolver atividades de baixa complexidade, visando mão de obra para as fábricas.

Diante desse cenário, emerge um novo movimento educativo, denominado de Escolanovismo, que questiona os moldes da educação baseada no tradicionalismo, no qual o estudante não é visto como protagonista de sua aprendizagem. Ao que Ana Paula Silva acrescenta: “Contrariando a escola tradicional, propõem-se um modelo no qual o aluno tenha liberdade de expressão, cuja metodologia esteja pautada numa ação educativa de ordem social e cultural.” (SILVA, 2012, p. 4).

Até chegar à concepção atual de Educação, muitas mudanças e muitos paradigmas foram rompidos. Essa nova concepção inovadora é marcada pelo protagonismo do aluno como centro do processo de construção do conhecimento.

A educação tradicional, conceituada por Paulo Freire (1987) como uma educação bancária onde o professor assume o papel de detentor do saber com superioridade, reforçando sua autoridade, acreditando-se que os discentes eram como tábulas rasas, ou seja, sem consciência crítica e autonomia, sendo apenas receptores do conhecimento. Nesse contexto de mudança, a educação tradicional tem sido bastante criticada, desconstruindo pouco a pouco a educação bancária e fortalecendo uma pedagogia de libertação e autonomia.

O cenário atual, marcado pelo advento da globalização e pela sociedade conectada em redes, permite que o conhecimento seja difundido e ampliado de maneira rápida e prática, pois estamos inseridos na era da informação. Esse novo momento da história foi responsável por ordenar muitas relações e profundas mudanças na dinâmica do ensino atual.

Diante disso, Pereira e Silva (2013, p. 84), afirmam: “Devido a estas modificações, o computador sendo uma tecnologia destinada a acumular, processar e difundir informações, vem sendo uma ferramenta indispensável na escola.”

Nessa conjuntura, o papel do professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem reformulou-se diante da sociedade da informação. Nessa perspectiva tem-se o questionamento: Afinal o que é ser professor hoje? A esse questionamento, Gadotti (2000, p. 9) afirma:

Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo, conviver; é ter consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores, assim como não se pode pensar num futuro sem poetas e filósofos.

Na prática educativa, o “ser professor” requer muito preparo, dedicação, conhecimento e, acima de tudo, a capacidade de reinventar as práticas de ensino diante das mudanças tecnológicas. De acordo com Prado *et al.* (2013, p. 7):

Nas últimas décadas, em decorrência das mudanças sociais, econômicas e culturais, o mundo todo tem prestado mais atenção na educação, especialmente a que se desenvolve nos sistemas escolares, submetendo-a a uma análise pública constante, e educar tem se tornado uma tarefa cada vez mais exigente e de enorme responsabilidade.

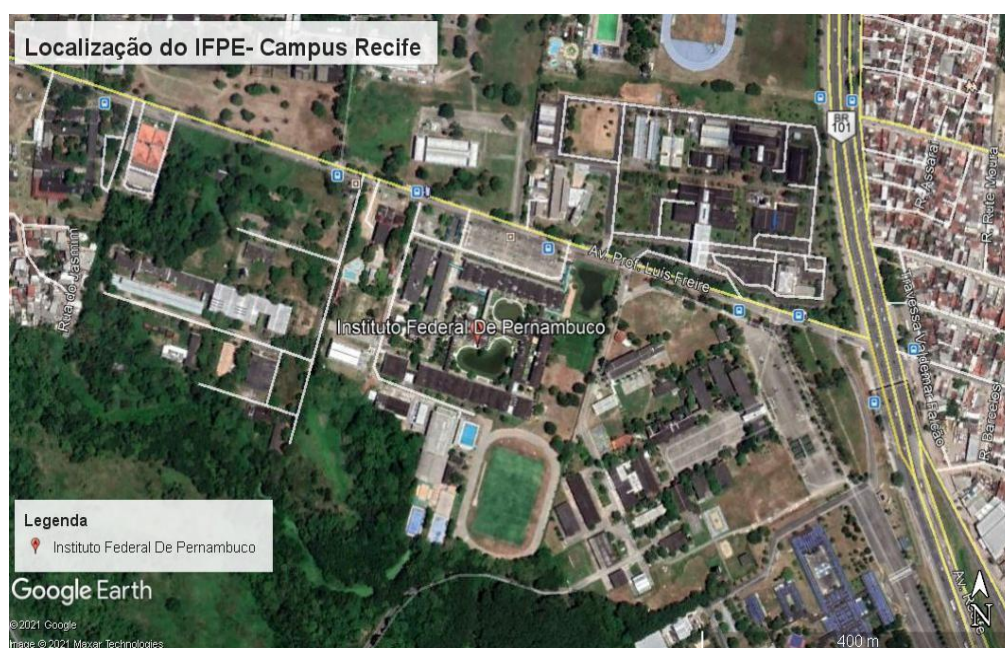
Compreende-se que, para se constituir professor, é necessário o desenvolvimento gradativo de vivências e acúmulo das experiências práticas. Conforme Martins (2015, p. 239): “O processo de formação inicial do professor não acontece somente com o Estágio Supervisionado, mas é nele que se concretiza a experiência da condição de ser professor.” Diante disso, discutir acerca do Estágio Supervisionado é imprescindível para a compreensão do universo da formação docente.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

3.1 A Licenciatura em Geografia – IFPE

A pesquisa desenvolveu-se no Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife (Figura 01).

Figura 01 – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife



Fonte: Google Earth (2021)

No IFPE, tem-se a oferta de dezoito cursos, nas modalidades de Ensino Médio integrado ao Técnico, Técnico Subsequente, Técnico Proeja, Superior Tecnológico (Tecnólogo), Bacharelados, Licenciatura e Pós-Graduação conforme informações obtidas em consulta ao Portal do IFPE. O Curso de Licenciatura em Geografia, no Campus Recife, é de caráter presencial, classificado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/CNPq) como área de conhecimento das Ciências Exatas e da Terra/Geociências, sendo uma modalidade recente no IFPE. Foi criado no segundo semestre de 2011, sendo o primeiro curso de formação docente do Campus Recife. O surgimento desse curso representa uma quebra de paradigma importante, visto que no IFPE os cursos ofertados eram voltados para educação e capacitação técnica.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (PPC) de 2018, essa modalidade, no decorrer dos anos, vem estabelecendo novos paralelos de aprendizagem baseados na formação de profissionais críticos e reflexivos (PERNAMBUCO, 2018).

O curso foi reconhecido pelo MEC por meio da Portaria n.º 932, de 1.º de dezembro de 2015 e, de acordo com seu perfil profissional, forma docentes na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio, capazes de promover ações de planejamento e organização didático-pedagógico, elaborar materiais relativos ao ensino de Geografia; ainda, desenvolver atividades de gestão escolar, de educação ambiental e patrimonial, e realizar assessoria pedagógica na área de Geografia, como também ministrar cursos sobre temas pertinentes à Geografia e áreas afins, além de desenvolver atividades amparadas no ensino, pesquisa e extensão.

Tomando como base a matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia do IFPE, de acordo com o PPC de 2018: “Nessa perspectiva, a matriz curricular está organizada a partir do perfil profissional que se desdobra na definição dos saberes docentes, conhecimentos e competências que se materializam nas ementas.” (BRASIL, 2018, p. 34).

O componente Curricular Estágio Supervisionado, conforme a matriz do curso, é composto por quatro períodos de vivência de estágio, sendo eles: Estágio Supervisionado I (5.º período), Estágio Supervisionado II (6.º período), Estágio Supervisionado III (7.º período), Estágio Supervisionado IV (8.º período), totalizando uma carga horária de 405 horas. Os Estágios Supervisionados são disciplinas essenciais para a aproximação dos discentes com a prática profissional.

3.2 Componente curricular Estágio Supervisionado no cenário pandêmico

No ano de 2020, o mundo foi surpreendido por uma pandemia, denominada como SARS-CoV-2, conhecida como Covid-19. O surgimento desse novo coronavírus foi na China, região de Wuhan, descoberto no dia 31 de dezembro de 2019, e logo espalhou-se para outros continentes (SOUZA, 2020). Visando minimizar o número de infectados e preservar a vida das pessoas, foi adotado, como medida de contenção, o isolamento social. Diante desse contexto, Marques, Silveira e Pimenta (2020, p. 227) ressaltam:

Desde então, a vida em praticamente todo o planeta foi alterada: o ritmo urbano se transformou, ruas e lugares de encontro público se esvaziaram, aulas e diversas atividades foram suspensas, o comércio fechou as portas, pessoas se viram sem trabalho do dia para a noite.

A sociedade teve de reformular seus hábitos e costumes, adotando novas ferramentas, metodologias e estratégias para conseguir desenvolver suas atividades diante do distanciamento social. Visando a redução da transmissão da Covid-19, as instituições escolares foram fechadas.

No âmbito da educação, tentando minimizar os danos causados pela pandemia, o sistema de ensino, em escala mundial, adotou a modalidade remota de ensino usando plataformas digitais. Com todas essas mudanças impostas pela pandemia, muitos estudantes em todos os níveis educacionais e de todas as faixas etárias, repentinamente tiveram de se adaptar a essa nova conjuntura (DIAS; PINTO, 2020).

No Brasil, com o intuito de conter os avanços da Covid-19, foi lançada a Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020, que oficializa a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia de Covid-19. A partir dessa portaria, foi instituído o Ensino Remoto de caráter emergencial. E o que do fato seria esse Ensino Remoto Emergencial - ERE?

O Ensino Remoto Emergencial, se apresenta como uma estratégia pedagógica e didática na qual visa a retomada segura das atividades/aulas nas instituições educacionais. Com isso, conforme Moraes (2020, p.48): “O termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico.”

Essa metodologia é conceituada como:

O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. E é considerado emergencial em decorrência de situação inesperada e imprevista (MORAES, 2020, p.48).

Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar que o Ensino Remoto Emergencial diverge da modalidade de Educação a Distância - EAD. Pois, a Educação à Distância – EAD, como afirmado por Moraes (2020, p.49):

[..] é uma modalidade de ensino na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com o emprego de meios e tecnologias de informação e comunicação, com alunos, tutores e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Diante desse cenário, após a publicação da portaria do ERE, o IFPE iniciou a preparação e a sistematização para retorno às suas atividades de forma remota, toda comunidade acadêmica foi mobilizada com o intuito da retomada das aulas e atividades. Muitos componentes curriculares tiveram de ser repensados e adaptados à nova realidade:

Diante desse cenário, a inserção de tecnologias que possibilitam o ensino a distância nesse nível de escolarização passou a ser vista como uma alternativa de minimizar os efeitos desse isolamento no calendário escolar de instituições de ensino de todo o país. (SÁ; NARCISO; NARCISO, 2020, p. 3).

Nessa reformulação, inclui-se o componente Estágio Supervisionado, com sua carga horária prática desenvolvida nas instituições educacionais públicas de ensino, que, em consequência da situação pandêmica, teve de ser reestruturada. Diante desse contexto, a Coordenação de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Geografia – IFPE, com base nas proposições do Fórum das Licenciaturas do IFPE, visando minimizar o risco significativo da evasão dos discentes matriculados no curso, bem como para assegurar o cumprimento da extensa carga horária dos Estágios Supervisionados a ser cumprida, propôs ajustes para vivência do estágio em caráter remoto.

Entre as propostas, foram listadas diretrizes visando respaldar os discentes para o cumprimento do Estágio Supervisionado remotamente. De acordo com essas orientações, ficaram estabelecidas as seguintes possibilidades de atividade:

- a) Identificação da Escola Campo de Estágio remoto;
- b) Caracterização e descrição do modo de funcionamento da escola campo diante da pandemia do COVID-19;
- c) Entrevista com o professor supervisor;
- d) Observação de atividades remotas da gestão escolar, se houver;
- e) Participação em eventos escolares remotos, se houver;
- f) Leitura e apropriação de modelos de Projetos Político-Pedagógicos de escolas campo de estágio, quando disponíveis;
- g) Elaboração de planos de aula ou sequências didáticas;
- h) Observação de aulas, Regência de aula (Exposição dialogada de conteúdo específico);
- i) Regência de aula (Participação em Aulões ENEM);
- j) Análise de instrumentos de avaliação do rendimento escolar;
- k) Elaboração de Relatório e Socialização das experiências.
(NORMATIVA IFPE, 2020, p.1).¹

¹ Normativa de Estágio Supervisionado, proposta pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia em 2020, para o cumprimento de carga horária de Estágio Supervisionado de docência em ambientes virtuais de aprendizagem.

A presente normativa² foi adaptada à realidade e necessidade atual, com o intuito de assegurar e preservar a saúde de discentes e paralelamente minimizar o abandono ou desistência deles nos cursos de Licenciatura ofertados pelo IFPE.

As mudanças que os componentes curriculares de maneira geral sofreram por causa do contexto pandêmico impactaram os discentes do Curso de Licenciatura que cursaram componentes de caráter prático, como os de Estágios Supervisionados. Muitos foram os desafios e obstáculos que os discentes encontraram ao longo do percurso. Tentando compreender melhor os desafios e as perspectivas ao cursar o estágio na modalidade remota, a presente pesquisa, por meio de questionários, obteve um panorama desta realidade.

² Normativa em tramitação no IFPE.

3.3 Desafios e perspectivas para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado

Para esta pesquisa, optou-se pela escolha das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado III, a fim de discutir desafios e perspectivas do componente curricular Estágio Supervisionado para formação inicial dos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia do IFPE. Para melhor entender quais foram os desafios enfrentados, foram utilizados questionários com os discentes das disciplinas de Estágio Supervisionado I e III por meio do uso da ferramenta Google Forms.

3.3.1 Estágio Supervisionado I remotamente

O primeiro questionário foi direcionado aos discentes matriculados no Componente Curricular Estágio Supervisionado I, matriculados no 5.º período do semestre correspondente ao período letivo 2020.1. O Estágio Supervisionado I é ofertado no 5.º período do Curso de Licenciatura em Geografia. O presente estágio, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico 2018 do Curso, é uma disciplina sem pré-requisitos e com uma carga horária total de 126 horas/aula. Essa carga horária é dividida em dois eixos, sendo 63 aulas teóricas e 63 aulas práticas a serem desenvolvidas no ambiente escolar, denominado escola-campo.

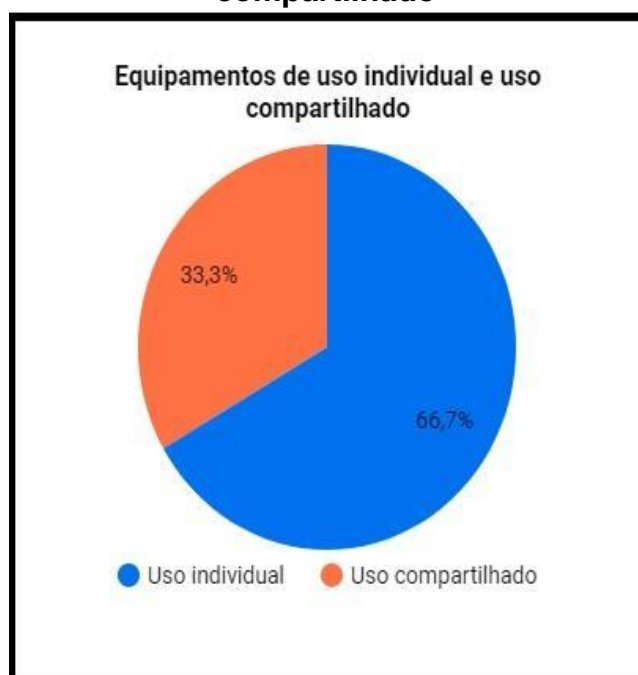
O Estágio Supervisionado I é pautado na inserção dos discentes-estagiários no ambiente escolar para observação da dinâmica escolar, identificação das condições do espaço físico, observação da prática docente, reflexão acerca do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como participação nas atividades de ensino preferencialmente nos últimos quatro anos que compõem o ensino fundamental. Além de participações em eventos realizados na escola-campo (BRASIL, 2018).

O primeiro grupo amostral foi composto por doze estudantes do curso de Licenciatura em Geografia do 5.º período, os quais aceitaram participar da pesquisa e responder livremente aos questionamentos com relação ao desenvolvimento da disciplina de Estágio Supervisionado I remotamente. Esse questionário, composto por perguntas com respostas objetivas e discursivas, foi enviado de forma *online*.

De maneira inicial, o questionário buscou compreender a questão estrutural dos estagiários com relação ao acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos como

notebook, computador, tablets, entre outros, disponíveis para o acompanhamento/desenvolvimento do estágio remotamente. Todos os sujeitos da pesquisa, em resposta, relataram que possuíam algum tipo de equipamento para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado I. No entanto, muitos desses equipamentos eram de uso compartilhado, ou seja, era necessário dividir com algum membro da família ou alguma outra pessoa (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Percentual de equipamentos de uso individual e uso compartilhado

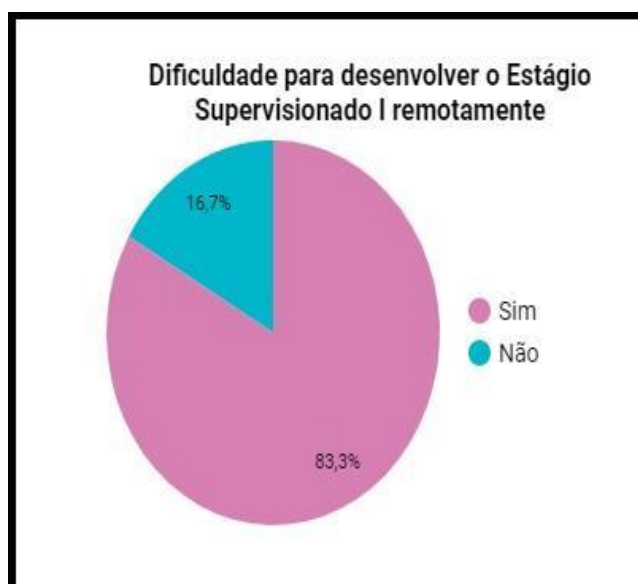


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Outro ponto questionado foram as dificuldades que os estudantes enfrentaram para o desenvolvimento do estágio; conforme o Gráfico 2, das doze respostas, dez estudantes relataram que tiveram dificuldade para desenvolver o Estágio Supervisionado I em caráter remoto, e apenas dois relataram que não tiveram dificuldade.

Algumas das dificuldades relatadas eram diretamente relacionadas com a falta de equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades, como é o caso do relato do estagiário(a) 1: “A falta de um computador dificulta demais a produção das atividades que devem ser desenvolvidas.” O estagiário(a) 2 relatou que necessitou fazer um investimento para aquisição de equipamento, no caso um computador, para desenvolver as atividades remotamente.

Gráfico 2 – Percentual de estudantes com dificuldade para desenvolver o Estágio Supervisionado I



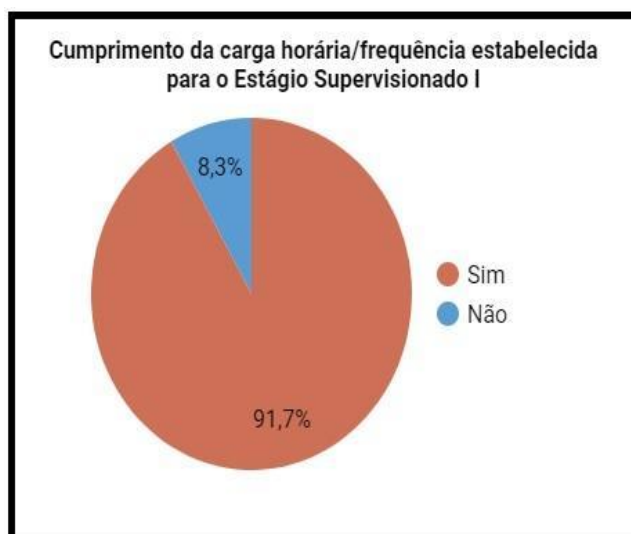
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Outros discentes-estagiários também relataram a falta de infraestrutura como espaços apropriados para acompanhar e desenvolver as atividades de Estágio. Como é descrito na fala do estagiário(a) 3: “Falta de local/ambiente apropriado para desenvolver atividades do estágio.” Como também a instabilidade na internet, pois alguns estagiários – mesmo os que dispõem de rede de Wi-Fi em sua residência – relataram que a alta demanda de acesso à rede de internet acabou gerando uma sobrecarga, provocando oscilação e instabilidade.

Diante desse cenário, outros problemas também foram descritos com relação às novas metodologias de ensino e às ferramentas tecnológicas utilizadas no ensino remoto, como é o caso do relato do estagiário(a) 4: “Tive dificuldades com as tecnologias como Google Meet, zoom, entre outras.” Essas ferramentas tecnológicas de ensino relatadas pelo estagiário(a) 4, são ferramentas que possibilitam o recurso de videoconferência, disponíveis em plataformas gratuitas e das quais muitas instituições de ensino fizeram uso para aulas presenciais remotas.

A disciplina de Estágio Supervisionado I, conforme mencionada anteriormente, possui uma carga horária/frequência prática a ser cumprida. Levando em consideração todos esses problemas citados, os estudantes participantes, na maioria afirmaram que conseguiram cumprir a carga horária prevista para o componente curricular Estágio Supervisionado I, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Percentual de estudantes que conseguiram cumprir a carga horária/frequência estabelecida para o Estágio Supervisionado I

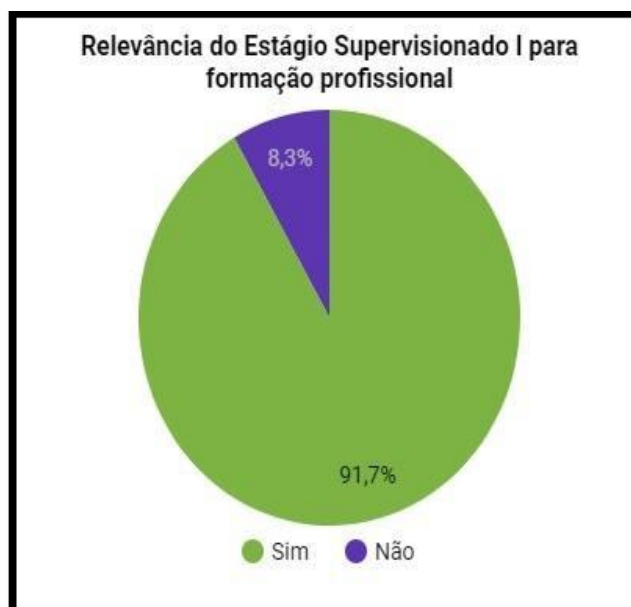


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Outro aspecto apontado no questionário foi a relevância do Estágio Supervisionado para a construção profissional/docente dos estudantes, visto que o Estágio Supervisionado se configura uma disciplina prática, que permite vivenciar a realidade escolar. De acordo com respostas dos discentes-estagiários (Gráfico 4), dentre os doze sujeitos participantes da pesquisa, onze afirmaram que o Estágio Supervisionado I, mesmo de caráter remoto, foi relevante para a formação profissional e apenas um entrevistado respondeu que o componente curricular não foi relevante para sua formação profissional.

Os estudantes participantes da pesquisa afirmaram que o Estágio Supervisionado I, mesmo remotamente, foi relevante para a formação profissional. Destaca-se o relato do estagiário(a) 5: “Mesmo com as dificuldades do ensino remoto, desenvolver o estágio é sempre um ganho para a formação profissional”, e o relato do estagiário(a) 6: “Muito relevante, pois nos prepara para um ambiente totalmente novo de sala de aula, e mais em um momento que está sendo tão novo para todos.”

Gráfico 4 – Percentual de estudantes que consideram relevante o Estágio Supervisionado para a formação profissional docente



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Foi destacada também a aproximação do Estágio Supervisionado I com a vivência escolar, conforme mencionado pelo estagiário(a) 7: “É muito importante na vida pessoal e profissional de qualquer estudante, pois o estudante tem uma ampla visão da realidade”, pelo estagiário(a) 8: “Fez-me compreender como é o ensino na prática”; e estagiário(a) 9: “Aprendi muito, mesmo de maneira remota”.

Como questionamento final, foi solicitada uma avaliação da experiência em cursar o Estágio Supervisionado I em caráter remoto. Cabe destacar algumas respostas, como a do estagiário(a) 10: “Uma experiência muito boa, apesar dos percalços, pois tem coisas que só aprendemos com a prática, e nesse contexto de pandemia foi muito importante para ajudar a me preparar enquanto docente para uma realidade cada vez mais comum de práticas remotas”; do estagiário(a) 10: “Experiência Interessante e necessária”, e o estagiário(a) 11: “Foi um pouco ruim no início, mas logo nos adaptamos. Prefiro observar como mais uma oportunidade de aprendizado no contexto remoto, sendo uma experiência bastante rica com múltiplas trocas. Certamente deixou marcas que levarei para o resto da vida.”

3.3.2 Estágio Supervisionado III remotamente

O Estágio Supervisionado III é ofertado no 7.º período do Curso de Licenciatura em Geografia, contemplando uma carga horária total de 144 horas/aula, sendo dividido em 48 aulas teóricas e 96 aulas práticas. Para cursar essa disciplina, é necessário ter cursado o Estágio Supervisionado I no 5.º período, e o Estágio Supervisionado II no 6.º período, pois, conforme descrito na matriz curricular, esse componente possui pré-requisito.

Diferentemente do Estágio Supervisionado I, que é pautado na observação do ambiente escolar e das práticas educativas, o Estágio Supervisionado III permite que os discentes-estagiários desenvolvam intervenções práticas em sala de aula a partir de regências de classe. Esse componente curricular requer do discente-estagiário maior dedicação, habilidade e planejamento.

Para a presente pesquisa, o segundo grupo amostral foi composto por onze estudantes do curso de Licenciatura em Geografia do 7.º período, os quais aceitaram participar da pesquisa e responder livremente aos questionamentos com relação ao desenvolvimento da disciplina de Estágio Supervisionado III remotamente. O questionário, foi composto por perguntas com respostas objetivas e discursivas, foi enviado de forma online.

Buscando também compreender as condições que os discentes-estagiários detinham para realizar as atividades previstas para o Estágio Supervisionado III, assim como o questionário realizado para os discentes da disciplina de Estágio Supervisionado I, foram feitas perguntas relacionadas com o acesso à internet (rede Wi-Fi) e disponibilidade de equipamentos tecnológicos (computador, tablet, smartphone, entre outros), e se o uso desses equipamentos seria de caráter individual ou compartilhado.

Em resposta a esses questionamentos, todos os entrevistados afirmaram que possuíam rede Wi-Fi na residência e, com relação ao uso individual ou compartilhado dos equipamentos tecnológicos, dos onze discentes-estagiários, dois afirmaram que o uso dos equipamentos era coletivo em sua residência (Gráfico 5).

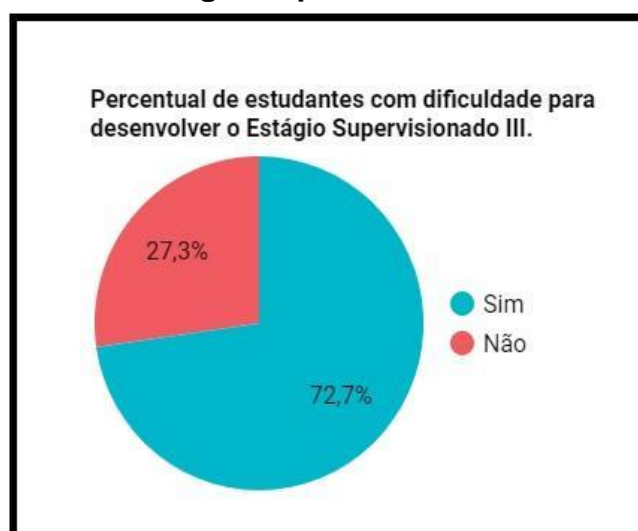
Gráfico 5 – Percentual de equipamentos de uso individual e uso compartilhado



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Outro ponto questionado foram as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado III. Conforme o Gráfico 6, dos onze discentes-estagiários integrantes da pesquisa, oito afirmaram que sim, sentiram algum tipo de dificuldade, e três afirmaram que não sentiram dificuldade para realizar o Estágio Supervisionado III.

Gráfico 6 – Percentual de estudantes com dificuldade para desenvolver o Estágio Supervisionado III



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Diante disso, algumas das dificuldades pontuadas pelos discentes-estagiários foram o acesso à internet de qualidade e a falta de espaço apropriado nas residências para desenvolvimento das atividades do componente curricular, conforme relato do estagiário(a) 12: “Conexão de internet e local apropriado” e o estagiário(a) 13: “Acesso à internet de qualidade, dificuldade em relação a barulhos externos.”

Outro ponto ressaltado como dificuldade, foi a questão da interação social, pois, diante do distanciamento social, as atividades do Estágio Supervisionado, que antes da pandemia desenvolviam-se presencialmente, no chão da sala de aula, foram adaptadas para serem desenvolvidas de forma online, sendo assim, alguns discentes-estagiários afirmaram que a falta de interação humana e o não compartilhamento de um espaço físico comum dificultou o desenvolvimento de algumas atividades.

Com relação à carga horária/frequência do Estágio Supervisionado III, por ser uma disciplina ofertada no 7.º período, quando os estudantes do curso de licenciatura já estão caminhando para a finalização da graduação, a disciplina contém uma carga horária maior quando comparada com o Estágio Supervisionado I. Conforme relatos, a maioria dos discentes-estagiários conseguiu cumprir a frequência prevista na ementa da disciplina, e apenas um dos discentes-estagiários, não obteve êxito em cumprir toda a carga horária estipulada para o componente, conforme indica o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Percentual de estudantes que conseguiram cumprir a carga horária/frequência estabelecida para o Estágio Supervisionado III



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Depois de pontuados os diversos desafios que os discentes-estagiários enfrentaram para desenvolver o Estágio Supervisionado III remotamente, foi questionada também a relevância desse componente curricular para a formação profissional dos estudantes. Em resposta, todos os onze entrevistados afirmaram que o Estágio Supervisionado III foi relevante para a formação profissional docente.

Conforme as respostas discursivas, destaca-se a relevância do estágio com as seguintes afirmações: estagiário (a) 14: “A experiência de estar inserido em sala de aula é ímpar, no qual é um processo fundamental para conhecer a profissão que iremos seguir”; estagiário(a) 15: “Acredito que tive o melhor estágio que pude ter nas condições, dada a realidade da Covid19, crise ético política e tantas outras coisas que se misturam na vida”; e o estagiário(a) 16: “Foi muito importante na minha construção docente o Estágio III, porque com ele tive a oportunidade de perceber as diferenças e as coisas em comum entre a dinâmica presencial na escola e no ambiente virtual.”

Os discentes-estagiários também destacaram a importância do estágio baseada no aprendizado de novas ferramentas e metodologias de ensino, conforme o estagiário 17: “Tivemos que aprender a usar várias ferramentas tecnológicas necessárias ao ensino remoto, e isso é muito importante para o enriquecimento da minha experiência de formação docente.”; e do estagiário 18: “Adquirir a experiência com o ensino remoto”. Salientando a capacidade e a necessidade de reinventar sua prática docente, principalmente na conjuntura do ensino remoto.

Para a pesquisa os questionários foram de extrema importância para compreender o panorama acerca da prática de estágio. Fazendo uma comparação entre o primeiro grupo e o segundo grupo amostral, foi possível perceber que muitas das dificuldades relatadas pelos discentes-estagiários convergiam principalmente quando envolviam problemas com relação ao acesso à rede Wi-Fi, a disponibilidade de locais apropriados para desenvolvimento das atividades previstas no componente curricular, e a adaptação com as plataformas digitais e as ferramentas utilizadas no ensino remoto como o Google Meet, Zoom, entre outros.

Diante disso, Adrielle de Sá, Ana Lúcia Narciso e Luciana Narciso afirmam:

O discurso da educação a distância traz à tona a dificuldade de alunos de classes sociais menos favorecidas em dar continuidade ao ano letivo nesse contexto de isolamento social, uma vez que faltam computadores, smartphones, tablets e acesso à internet em suas residências. (SÁ; NARCISO; NARCISO, 2020, p. 3)

Nesse contexto, quando foi instituída a Portaria do Ministério Federal n.º 343/2020, já mencionada, que autorizou o ensino remoto enquanto durasse a situação de pandemia, esbarrou-se na problemática da exclusão digital, já que o ensino em caráter remoto requer dos discentes uma estrutura mínima necessária e muitos estudantes não dispõem dessa estrutura, dificultando e, em alguns casos, impedindo o aprendizado educacional dos discentes-estagiários.

Conforme Almeida *et al.* (2005, p. 53), o conceito de exclusão digital é:

Exclusão digital pode ser vista por diferentes ângulos, tanto pelo fato de não ter um computador, ou por não saber utilizá-lo (saber ler) ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual convive-se no dia-a-dia.

Assim, nesse contexto pandêmico, é necessário ressaltar como a implementação das ferramentas que são utilizadas no ensino à distância pode realçar as disparidades socioeconômicas presentes em nossa sociedade e maquiagem a ideia de que todos possuem as mesmas oportunidades de acesso ao ensino (SÁ; NARCISO; NARCISO, 2020), quando se sabe, de fato, que muitas pessoas estão sofrendo não apenas pela escassez de recursos, mas também a escassez de bens básicos, apoio econômico, apoio psicológico, educação e acolhimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o percurso para a construção desta pesquisa, pensou-se em discutir inicialmente a relação do estágio supervisionado e a formação do docente em Geografia do IFPE, porém no decorrer da elaboração da pesquisa, esbarrou-se na pandemia da Covid-19 e tudo o que foi anteriormente pensando e estruturado, como os objetivos específicos, metodologias necessitou de adequação e reformulação.

O contexto da pandemia da Covid-19, incutiu em nossa sociedade novas formas de trabalho, novos hábitos e novos panoramas, principalmente quando relacionados com os novos modelos de ensino e aprendizagem. Acredito que incluir o contexto da pandemia da covid-19 e aproximar com a discussão de Estágio Supervisionado e a formação de Professores de Geografia, possibilitou a reflexão da dimensão formadora do componente curricular e as possíveis lacunas/dificuldades enfrentadas pelos licenciandos nesse momento tão complicado e atípico.

O Estágio Supervisionado é um componente curricular que impulsiona a aprendizagem e reflexão profissional e não deve ser encarado como uma mera exigência da legislação e da matriz curricular dos cursos. O componente de Estágio Supervisionado, quando bem fundamentado e orientado, representa um grande peso para a construção profissional não apenas do profissional da Educação, do mesmo modo para a formação profissional de outras áreas do conhecimento, pois, é a partir desse ato prático educativo que é possível ter contato com as especificidades práticas da profissão escolhida. Sendo assim, é necessário destacar:

[...] a prática de ensino sob a forma de estágio supervisionado é, tanto quanto qualquer outro componente curricular, uma atividade de aprendizagem e, nesse sentido, talvez seja mais preciso situá-la não como um mero espaço de aplicação de conhecimentos previamente aprendidos, mas sobretudo como um espaço essencialmente de aprendizagem. (WIELEWICKI, 2010, p. 33).

Tomando como base o foco principal desta pesquisa, que destacou os desafios e as perspectivas do Estágio Supervisionado para formação inicial do docente da Geografia – IFPE, foi possível perceber que a situação pandêmica da Covid-19, impactou e alterou diretamente o desenvolvimento desse componente curricular

Com a pesquisa foi possível compreender que mesmo mesmo diante das diversas dificuldades pontuadas pelos discentes-estagiários, a vivência de Estágio

Supervisionado foi essencial e significativa para a construção da identidade profissional deles.

Nessa perspectiva, os discentes-estagiários que cursaram Estágio Supervisionado remotamente tiveram de trilhar estratégias e se reinventar para conseguir cumprir uma extensa carga horária estabelecida na matriz curricular do curso. O desenvolvimento do Estágio Supervisionado em caráter remoto, durante a pandemia de Covid-19, foi extremamente importante para assegurar a saúde de docentes e discentes, e manter a continuidade do ensino. Além disso, é importante ressaltar que toda essa conjuntura ainda desperta muitas incertezas, principalmente para uma possível retomada da educação presencial.

Este cenário é de extrema complexidade, por isso este debate não se esgota nesta pesquisa, ao contrário, requer mais reflexões, principalmente incluindo novos sujeitos e novos horizontes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. B. de. *et al.* O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-67, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jistm/v2n1/05.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2021.

ANDRADE, R. C. R.; RESENDE, M. R. Aspectos legais do estágio: uma retrospectiva histórica. **Revista Multitexto**. Monte Claros, v. 3, n. 1, p. 58-64, 2015. Disponível em: <http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/108/45>. Acesso em: 2 mai. 2021.

BARREIRO, L. M. de F.; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BORGES, L. Mudanças no mundo do trabalho, mudanças na educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 156-176, 2010. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 66.546, de 11 de maio de 1970. Institui a Coordenação do "Projeto Integração", destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 3391, 11 maio 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66546.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Decreto- Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 1997, 31 dez. 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo: seção 1, Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27.834-27.841, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 29 mai. 2019.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 set. 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Lei n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1,

Brasília, DF, p. 16870, 9 dez. 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6494.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Portaria n.º 932, de 1.º de dezembro de 2015. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 18, 2 dez. 2015. Disponível em: https://www.esamc.br/web/fotos/autorizacao_63__192.200.108.222_zzc6042b9837.pdf. Acesso em: 2 mai. 2021.

BRASIL. Portaria n.º 1.002, de 29 de setembro de 1967. **Diário Oficial da União**, n. 190, seção 1, Brasília, DF, p. 10.161, 6 out. 1967. Disponível em: https://atvi.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Portaria_MTPS_n_1002_29_09_1967.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, edição 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 março de 2020.

BURIOLOLA, M. A. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.

CANDIDO, F. G.; JUCÁ, S. C. S; SILVA, S. A. A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6, p. e27861059, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332118393_A_Era_Vargas_e_o_reordenamento_do_ensino_tecnico_profissional_a_implantacao_do_Liceu_Industrial_no_Ceara. Acesso em: 5 fev. 2021.

CNE/CP N. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

CAVALCANTE, Z. V.; SILVA, M. L. S. A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA (EPCC), 7., 2011. **Anais [...]**. Maringá: Centro Universitário, 2011. Disponível em: http://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/6395/1/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf. Acesso: 5 fev. 2021.

COLOMBO, I. M.; BALLAO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 171-186, jul.-set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2021.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545. Acesso em: 10 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, M. S. L. **A hora da prática**: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2021.

MARQUES, R. C.; SILVEIRA, A. J. T.; PIMENTA, D. N. A pandemia de Covid-19: intersecções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. *In*: REIS, T. S. *et al.* (Org.). **Coleção História do Tempo Presente**. Roraima: Editora da UFRR, 2020. v. 3. Roraima: Editora UFRR, 2020. v. 3, p. 225-249.

MARRAN, A. L. Estágio curricular supervisionado: algumas reflexões. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO E CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/satewp/wp-content/uploads/sites/58/2013/09/estagio-supervisionado-texto-2-cp-12-2013.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MARTINS, R. E. M. W. O estágio na licenciatura em geografia como um espaço de formação compartilhada. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 237-253, maio-ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/37429>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORAES, L. C. L. de. Normas aplicáveis ao ensino remoto: uma análise das Portarias nº 343 e 345 do Ministério da Educação à luz do direito brasileiro. *In*: PAIVA JÚNIOR, Francisco Pessoa de (Org.). **Ensino Remoto em debate**. Belém: RFB Editora, 2020, p. 45-56. <https://doi.org/10.46898/rfb.9786558890607>

MOREIRA, A. L.; COSTA, I. M.; ASSIS, L. F. As bases legais do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura: entre o vigente e o novo. **Revista Pedagogia em Foco**, Iturama, MG, v. 13, p. 81-91, 2018. Disponível em: <https://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/403>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, L. S. *et al.* A prática do estágio: uma contribuição para a construção da identidade profissional docente. *In*: CONGRESSO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM ARAPIRACA, 2015, v. 1, n. 1, Arapiraca, AL. **Anais [...]**. Arapiraca, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cipar/article/view/1983>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 109-125, dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2021.

PEREIRA, M. C.; SILVA, T. M. O uso da tecnologia na educação na era digital. **Revista Saberes em Rede**, Cuiabá, MT, p. 85-94, jul./dez. 2013.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2005/2006.

PRADO, A. F. *et al.* Ser professor na contemporaneidade: desafios da profissão. **Revista Eletrônica S@ber**, v. 21, jul./ago. 2013. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol__1373923960.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

SÁ, A. L.; NARCISO, A. L. C.; NARCISO, L. C. Ensino remoto em tempos de pandemia: os desafios enfrentados pelos professores. ENCONTRO VIRTUAL DE DOCUMENTAÇÃO EM SOFTWARE LIVRE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA, 14. **Anais [...]**. Online, v. 9, n. 1, nov. 2020. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/17773. Acesso em: 5 mai. 2021.

SANTOS FILHO, A. P. O estágio supervisionado e sua importância na formação docente. **Revista Partes**, São Paulo, 4 jan. 2010. Disponível em: <http://www.partes.com.br/2010/01/04/o-estagio-Supervisionado-e-sua-importancia-na-formacao-docente/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. São Paulo. Cortez, 1992.

SILVA, A. P. O. Embate entre a pedagogia tradicional e a educação nova: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense 1911-1945. 2012. *In*: ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul, RS. **Anais [...]**. Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1259/13>. Acesso em: 20 abr. de 2021.

SOUZA, D. O. A pandemia de Covid-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2469-2477, jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, V.; SANTOS, L.; OLIVEIRA, C. A importância da prática do estágio supervisionado na formação de professores. *In*: 11 ENFOPE, 11., FOPIE, 12., 2018, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju, 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WIELEWICKI, H. G. **Prática de ensino e formação de professores**: um estudo de caso sobre a relação universidade-escola em cursos de licenciatura. 2010. 282 f. Orientadora: Elizabeth Diefenthaler Krahe. Tese (Doutorado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21856#:~:text=Tendo%20em%20vista%20tal%20preocupa%C3%A7%C3%A3o,34%20profissionais%20envolvidos%20%E2%80%93%20pela%20universidade.> Acesso em: 20 abr. 2021.

APÊNDICE A – Termo de Autorização e Questionário Estágio Supervisionado I

Prezad@, você está sendo convidad@ para participar de uma pesquisa de graduação (TCC) intitulada: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA FORMAÇÃO INICIAL DOS DOCENTES DE GEOGRAFIA NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19. O presente questionário é direcionado para os estudantes da Licenciatura em Geografia - IFPE que cursaram a disciplina de Estágio Supervisionado I em caráter remoto. Solicito a sua autorização para o uso das respostas para a produção da pesquisa (TCC) e reforçamos que sua privacidade será mantida através da não identificação/divulgação do seu nome.

Questionário - Estágio Supervisionado I

- 1- Você autoriza o uso das respostas para a produção da pesquisa (TCC)?
- 2- Você possui acesso à internet?
- 3- Você dispõe de equipamento para acompanhar/realizar atividades referentes ao Estágio Supervisionado remotamente?
- 4- A que equipamentos você tem acesso?
- 5- Considerando os equipamentos aos quais você tem acesso, especialmente aqueles que você usa para acompanhar as atividades do Estágio Supervisionado remotamente, o uso é individual ou compartilhado?
- 6- Você sentiu alguma dificuldade para desenvolver o Estágio Supervisionado I remotamente?
- 7- Caso você tenha respondido "Sim" para o questionamento anterior, quais foram essas dificuldades?
- 8- Você conseguiu cumprir a frequência estabelecida pelo Estágio Supervisionado I?
- 9- Na sua visão, o Estágio Supervisionado I foi relevante para a sua formação profissional?
- 10-Caso você tenha respondido "Sim" para o questionamento anterior, justifique sua resposta.
- 11-Como você avalia a experiência de cursar o Estágio Supervisionado I em caráter remoto?

APÊNDICE B – Termo de Autorização e Questionário Estágio Supervisionado III

Prezad@, você está sendo convidad@ para participar de uma pesquisa de graduação (TCC) intitulada: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA FORMAÇÃO INICIAL DOS DOCENTES DE GEOGRAFIA NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19. O presente questionário é direcionado para os estudantes da Licenciatura em Geografia - IFPE que cursaram a disciplina de Estágio Supervisionado III em caráter remoto. Solicito a sua autorização para o uso das respostas para a produção da pesquisa (TCC) e reforçamos que sua privacidade será mantida através da não identificação/divulgação do seu nome.

Questionário - Estágio Supervisionado III

- 1-Você autoriza o uso das respostas para a produção da pesquisa (TCC)?
- 2-Você possui acesso à internet?
- 3-Você dispõe de equipamento para acompanhar/realizar atividades referentes ao Estágio Supervisionado remotamente?
- 4-A que equipamentos você tem acesso?
- 5-Considerando os equipamentos aos quais você tem acesso, especialmente aqueles que você usa para acompanhar as atividades do Estágio Supervisionado remotamente, o uso é individual ou compartilhado?
- 6-Você sentiu alguma dificuldade para desenvolver o Estágio Supervisionado III remotamente?
- 7-Caso você tenha respondido "Sim" para o questionamento anterior, quais foram essas dificuldades?
- 8-Você conseguiu cumprir a frequência estabelecida pelo Estágio Supervisionado III?
- 9-Na sua visão, o Estágio Supervisionado III foi relevante para a sua formação profissional?
- 10-Caso você tenha respondido "Sim" para o questionamento anterior, justifique sua resposta.
- 11-Como você avalia a experiência de cursar o Estágio Supervisionado III em caráter remoto?